

Ensino. Estudo da Fiesp sustenta que má gestão de verba pública é principal causa de desvantagem brasileira

Vizinhos latino-americanos lideram ranking de educação

El Salvador, Bolívia e Peru estariam investindo mais no setor que o Brasil

■ SÃO PAULO. Se o país investisse em educação com a mesma eficiência de outros sete países da América Latina, a média de escolaridade nacional subiria 2,4 anos e o PIB per capita aumentaria 10,5% em dez anos. Esse cálculo é sustentado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que apresentará um estudo sobre a gestão de verba pública em educação amanhã.

Entre 1999 e 2008, o poder público do Brasil gas-

tou US\$ 978 anuais por estudante, resultando em uma média de 6,1 anos de estudo da população. Sete nações latino-americanas (Uruguai, Bolívia, El Salvador, Peru, Paraguai, Nicarágua e Equador) gastaram em média 7,4% a mais que o país (US\$ 1.050 por estudante) e a escolaridade da população ficou 35,2% superior à brasileira. A taxa média de analfabetismo nacional foi de 11,3%, e a desses países da América Latina, de 8%.

A repetência dos alunos do primário, no Brasil, atingiu 21,4% deles – índice também muito superior a

dos outros países latino-americanos, que tiveram 5,8% de repetência.

“Defendo que se gaste mais em educação, mas não se trata só de valores, precisamos de mais eficiência. Há países com gastos menores e resultados melhores”, afirmou Renato Corona, gerente do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp, responsável pela pesquisa. Para o pesquisador, a culpa da ineficiência do investimento no ensino se deve a múltiplos fatores. “Entre as causas temos desde a corrupção e a burocracia, escolhas políticas equivocadas até problemas simples de gestão mesmo, como comprar computadores sem dar o treinamento ade-

quado para os professores”. Além da média dos anos de escolaridade, o país fica atrás na qualidade do ensino oferecido.

Das 57 nações que participam do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês) – exame que mede habilidades de jovens de 15 anos em leitura, ciências e matemática –, o Brasil ficou com a 52ª posição, perto de países do Oriente Médio e África. Quando comparado a países que gastam volume de recursos semelhantes por aluno, somente os alunos da Colômbia tiveram nota inferior à brasileira na educação básica. Uruguai, Turquia e Chile despendem como o Brasil, mas conseguem que seus estudantes obtenham resultados muito melhores.

Em 2008, o Brasil despendia 17,9% do orçamento para a educação no ensino superior público, mas apenas 3,5% dos alunos do sistema público eram beneficiados, segundo mostra o estudo da Fiesp. “O retrato atual é ruim, mas no passado foi bem pior”, diz o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri. Segundo o pesquisador, uma série de estudos mostra que 95% da melhora da saúde, por exemplo, vem pela educação. Apenas 5% está relacionado ao aumento da renda.

Comparação

11,3%

é a taxa de analfabetismo registrada no Brasil, segundo índices da Fiesp

8%

é a taxa média de analfabetismo de sete países da América Latina (AL)

21,4%

é a taxa de repetência de alunos no Brasil, contra 5,8% dos 7 países da AL



MARCELLO CASAL JR/ABR

Cobrança. Fiesp apresenta amanhã números sobre desperdício de verba pública em educação

Pnud

Classificação exclui avanços

+ SÃO PAULO. O ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado na semana passada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), não reflete os avanços obtidos pelo Brasil nos últimos anos no campo da educação. A opinião é de três especialistas da área ouvidos pela Agência Brasil.

Apesar de apontarem

problemas e defenderem a necessidade de mais investimentos no setor, os três acreditam que o país será mais bem avaliado nos próximos levantamentos, graças às políticas públicas colocadas em prática nos últimos quatro anos. No último levantamento, o país foi o que mais avançou, saltando da 77ª posição para a 73ª.

O desempenho, contu-

do, teria sido melhor se não fosse a revisão, pelo Pnud, dos critérios para avaliar a qualidade da educação, setor no qual o Brasil teve sua pontuação reduzida de 0,813 para 0,699, numa escala que varia de 0 a 1. O índice varia de 0 a 1 e, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento humano.